

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/23689	30719/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
GVAB - VERAÇÃO ALTINO BESSA - GABINETE		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos da PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE EXPROPIAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DO ESTE, no seguimento de alterações necessárias decorrentes do envio do Processo à DGAL.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROPOSTA

RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DE VÁRIAS PARCELAS DE TERRENO, COM A ÁREA DE 103.319,00m², SITAS EM FERREIROS, UNIÃO FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES, CONCELHO DE BRAGA, DESTINADA AO PARQUE ECOLÓGICO DO RIO ESTE

CONSIDERANDO (QUE),

1. Foi aprovado, na reunião da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025, o projeto de execução da empreitada da **CRIAÇÃO DE BACIA DE RETENÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO ESTE - PARQUE ECOLÓGICO DO RIO ESTE**, sendo essa intervenção que fundamenta a presente expropriação;
2. Localiza-se num troço do rio Este e zona envolvente, localizado na cidade de Braga, a jusante do parque industrial da Bosch, para criação de uma bacia de retenção e renaturalização das margens numa área (com cerca de 10,3ha) a formalizar como Parque Ecológico do Rio Este, com a pretensão de reforçar a resiliência deste sistema fluvial e a diminuição da vulnerabilidade da população, património e atividades económicas existentes na sua proximidade a danos decorrentes de cheias, conciliando soluções hidráulicas com Soluções baseadas na Natureza (SbN), através de processos de restauro dos ecossistemas e retenção natural de água no solo (CE, 2013, 2014, 2020; EC, 2013, 2014, 2015; Nelson et al., 2024, UNEP, 2021a, 2021b; WWF&GIWP, 2016).

Causa de utilidade pública a prosseguir pela expropriação

3. A operação de “Adaptação e reforço da resiliência do corredor ribeirinho do rio Este para minimização dos riscos de inundação na ARPSI de Braga-Este”, a desenvolver na futura zona do Parque Ecológico do Rio Este da cidade de Braga, intervenção que fundamenta a presente expropriação, tem como objetivo principal o reforço da resiliência deste sistema fluvial e a diminuição da vulnerabilidade da população, património e atividades económicas existentes na sua proximidade – Objetivo Estratégico 4 (OE4) do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (PGRI-RH2) –, através da formalização de um Espaço de Inundação Preferencial (EIP) seguida da renaturalização das margens e área envolvente, enquanto estratégia de adaptação às alterações climáticas emergentes, no



sentido do amortecimento dos picos de cheia e a redução dos impactos e eventuais danos em elementos localizados quer para montante (habitações, arruamentos e parque industrial) quer jusante (aglomerado urbano de Celeirós), garantindo a segurança de pessoas e bens, à luz das orientações da Diretiva Inundações, da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC) e do Plano Municipal de Ação Climática e (PMAC);

4. As ações a desenvolver neste espaço consistem essencialmente em medidas de proteção que têm por base Soluções baseadas na Natureza, promotoras da retenção natural de água no solo, conforme preconizado pela União Europeia, melhorando a gestão da exposição nas zonas inundáveis (OE3), com benefícios adicionais ao nível do bom estado das massas de água, conectividade ecológica e biodiversidade (OE5), bem como do sequestro de carbono, qualidade da paisagem e saúde humana, ao possibilitar a fruição pública deste espaço enquanto parque, indo assim de encontro também aos objetivos da Diretiva-Quadro da Água e Lei da Água, do respetivo Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (PGRH2), da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 e da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem;
5. A par destas medidas de proteção, pretende-se ainda contribuir para a preparação e aprendizagem face ao risco de inundação, através da melhoria do conhecimento e capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação (OE2) e do aumento da perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos (OE1), contribuindo para a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 e a Estratégia Nacional de Educação Ambiental, respetivamente;
6. A área de intervenção (cerca de 10,3 ha), objeto desta operação, insere-se na Área de Risco Potencial Significativo de Inundação (ARPSI) de Braga-Este (PTRH2Este01), de origem fluvial, classificada como tal desde o 2.º ciclo de planeamento do PGRI-RH2, na sequência da magnitude de diversas inundações que, nas primeiras décadas do século XXI, afetaram gravemente a população e as atividades económicas;
7. Entre os elementos expostos potencialmente afetados, destacam-se vários edifícios sensíveis da EB1/JI de Ponte Pedrinha, Junta de Freguesia de Celeirós, Dierum – Educação Infância, JI do Centro Social de Celeirós e as fontes de poluição associadas às ETAR da entidade gestora AGERE – Empresa de Águas e do Posto de Abastecimento de Combustível da Petrolíquido (EN 309). Porém, existem muitos outros elementos inseridos nesta ARPSI que são frequentemente afetados, dos quais se destacam, pela sua proximidade à área de intervenção, alguns edifícios do parque industrial



(nomeadamente, BOSCH, APTIV e FHEST) e o edifício multifamiliar (localizado à face da rua Maria Amélia Bastos Leite);

8. O rio Este é um curso de água da tipologia de Rio do Norte de Pequena Dimensão, que nasce no concelho de Braga, entre a Serra do Carvalho e a Serra dos Picos, desenvolvendo-se ao longo de cerca de 45 km, até desaguar no rio Ave, no concelho de Vila do Conde. A área de intervenção caracteriza-se por ser uma área expectante inserida numa paisagem fortemente urbana e artificializada, para onde são drenadas parte das águas pluviais da cidade de Braga, o que agrava naturalmente a dimensão e os impactos dos eventos de cheia;
9. Além disso, corresponde a uma zona frequentemente assoreada por aterros e depósitos de resíduos variados, no passado recente, evidenciando problemas quer ao nível da qualidade da água quer de inundações recorrentes na área envolvente, com a acumulação das águas nos arruamentos e edifícios adjacentes por efeito, por um lado hidráulico com a entrada em carga dos coletores de drenagem de águas pluviais devido ao aumento do nível de água no rio Este onde estes descarregam e, por outro lado, de barreira hidromorfológica e obstrução do leito, principalmente em situações de aumento repentino do rio Este;
10. Para minimização dos impactos destas inundações, o Município de Braga tem vindo a desenvolver na última década um conjunto de ações pontuais de preparação e proteção (devidamente documentadas na lista de notícias em anexo a este documento), entre as quais, o levantamento de 120 km de cadastro da rede de águas pluviais na envolvente do rio Este, estando em curso o levantamento de mais 500 km, a par das medidas de prevenção e resposta, preconizadas pelo Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) para situações de cheias e inundações. Com efeito, o risco de cheias e inundações é um dos riscos naturais identificado no município de Braga, estando já prevista uma listagem de meios e recursos municipais, que garantem a disponibilidade de equipamentos, veículos e recursos para a implementação no terreno de vários tipos de ação, entre as quais:
 - Encerramento da Rua Maria Amélia Bastos sempre que existem avisos meteorológicos de precipitação intensa e persistente, nomeadamente de nível laranja ou superior;
 - Encerramento do Túnel do Meliã sempre que existem avisos meteorológicos de precipitação intensa e continuada;
 - Georreferenciação das sarjetas localizadas nas zonas historicamente inundáveis de forma a permitir a sua fácil e rápida localização em caso de inundações;
 - Limpeza preventiva de sarjetas em zonas historicamente inundáveis sempre que existem avisos meteorológicos de precipitação intensa e continuada;



- Publicação de avisos nas redes sociais com informação sobre medidas preventivas e de autoproteção a adotar face à ocorrência de cheias ou inundações.
- 11.** Em complemento ao PMEPC, são ainda realizadas ações de sensibilização à população com indicação das medidas preventivas e de autoproteção, a adotar face à ocorrência de cheias ou inundações;
- 12.** Por sua vez, ao nível da qualidade, este rio corresponde à massa de água superficial PT02AVE0117, que apresenta atualmente um estado ecológico «Razoável», de acordo com o 3.º ciclo de planeamento do PGRH2, devido essencialmente aos eventos de poluição pontual e difusa, decorrentes das águas residuais não ligadas à rede de drenagem e da atividade pecuária (e que elevam o risco de contaminação do solo em caso de inundação), bem como às pressões hidromorfológicas e biológicas (agravadas pela presença de vegetação invasora), que foi sendo sujeita nas últimas décadas e que, em grande parte, se devem ao assoreamento e regularização do seu canal, aumentando a exposição dos taludes marginais e muros existentes ao risco de erosão, a degradação das estruturas existentes no leito e o agravamento do risco de inundação;
- 13.** Enquanto área urbana expectante, por sua vez, é de relevar a oportunidade de atuar de forma integrada, adaptando este espaço fluvial de forma a resolver os problemas mencionados, conectando-o à rede de áreas de lazer e recreio da cidade de Braga, já existentes (p.e., Parque da Rodovia) e futuras (p.e., Ecovia do Este), associadas ao rio Este, quer para montante quer jusante; e a dotá-lo de novas valências para a sensibilização e preparação do público, aproveitando estruturas existentes para formalizar espaços de exploração e comunicação científica sobre a gestão de inundações em meio urbano, dedicados à comunidade escolar e à população em geral;
- 14.** A operação prevista consiste numa intervenção focada no aumento da capacidade de resiliência territorial do corredor ribeirinho do rio Este e respetiva zona envolvente a fenómenos de cheias e inundações, que permitirá toda a área do futuro Parque Ecológico do Rio Este (a formalizar posteriormente) funcionar como bacia de retenção, através da conciliação de soluções hidráulicas com soluções naturais promotoras da retenção natural, que se conjugam num processo integrado de desobstrução e remoção de sedimentos, formalização de espaços permeáveis de inundação preferencial e motas de proteção, proteção e renaturalização do sistema fluvial e melhoria da eficiência e funcionamento do sistema de drenagem de águas pluviais da zona envolvente (incluindo em períodos de precipitação intensa e subida repentina do nível de água do rio Este), complementado por medidas de comunicação e reforço do



sistema de monitorização, previsão e alerta, para prevenção e minimização do risco de inundação;

15. Esta intervenção estende-se ao longo de 700 m do troço do rio Este, entre a Rua Max Grundig e o Caminho de Baixo, onde se encontra preconizada a medida PTRH2PROT01 do PGRI-RH2 para a criação de uma bacia de retenção, de forma a permitir aumentar o encaixe de volume de água, minimizando a subida repentina do rio e aumentando o respetivo tempo de concentração e, conseqüentemente, garantir a diminuição da velocidade de escoamento e tensões de arrastamento, no sentido da mitigação dos impactos das inundações na área urbana envolvente (habitações, parque industrial, arruamentos e outras estruturas associadas a serviços de apoio), nos campos agrícolas e noutros espaços artificializados, com património material associado, incluindo no aglomerado urbano de Celeirós;
16. Desta forma, aumenta-se a resiliência deste sistema fluvial e respetiva área territorial envolvente e diminui-se a vulnerabilidade ao risco de inundação dos elementos referidos e localizados na sua proximidade, quer para montante, quer para jusante.

Fundamentação da atribuição do carácter de urgência à expropriação

17. O Município submeteu a candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-42 Gestão de recursos hídricos - Contratos de Rio, cumprindo as condições de elegibilidade para aceder ao financiamento FEDER, nomeadamente, ao investimento de gestão de recursos hídricos nas Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações (ARSPSI) fluviais identificadas nos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) do 2.º ciclo de planeamento, a vigorar até 2027, para a bacia hidrográfica do Cávado com o objetivo de aumentar a resiliência do território face às suas características e reduzir o risco de inundação e os impactos negativos das inundações para a saúde humana, o ambiente, o património cultural e as atividades económicas;
18. A candidatura foi aprovada por deliberação da Comissão Diretiva, de 22 de maio de 2025, com o apoio de **2 845 006,89 € (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seis euros e oitenta e nove cêntimos)**.
19. A urgência, decorre ainda do Aviso obrigar à apresentação de um plano de ação com as medidas a desenvolver pelo Município no sentido de atingir uma taxa de execução igual ou superior a 30% da empreitada **a 30 de setembro de 2025**, daí a urgência em iniciar o procedimento de contratação.
20. Ou seja, se o Município não garantir **até setembro de 2025**, que pelo menos 30% da obra de interesse público esteja executada, **perde o financiamento, não tendo outra forma de realizar esta obra tão necessária**.



Identificação das parcelas a expropriar, seus proprietários e demais interessados

21.A área de intervenção deste projeto abrange **103.319,00m² (cento e três mil trezentos e dezanove metros quadrados)** de várias parcelas privadas, que a seguir se identificam:

» **PARCELA 1.1** - rústica, denominada Pradinho do Moinho, sita em Portelo ou Estrada Nacional, da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por terra de cultivo, **com a área de 500m²**, confrontando a norte com a Grundig, a sul com herdeiros de José António de Araújo, a Nascente com canal e a Poente com a estrada nacional, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 537/19960528 e inscrita na matriz rústica nº 154, **propriedade de:**

- a) **JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 106834797**, casado com Maria de Fátima Teixeira Crespo de Araújo, NIF 145173313, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Rua de Campolide, nº 11, 6º frente, 1070-026 Lisboa; e de,
- b) **MÁRIO JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 131526774**, casado com Maria Teresa Araújo Rodrigues, NIF 131521678, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Praceta André Soares, nº 35, 4715-122 Braga, **na proporção de ½ a cada um.**

» **PARCELA 1.2** - rústica, denominada Leira de Merouços, situada em Silveira, da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por terra de cultivo, **com a área real de 3.075m²** (embora no registo só conste 2.280m², os proprietários apresentaram plantas que demonstram que a área é de 3.075m², também confirmadas pelo levantamento topográfico efetuado), confrontando a norte e poente com canal e herdeiros de José António de Araújo e a sul e a nascente com o Rio Este, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 538/19960528 e inscrita na matriz rústica nº 155, **propriedade de:**

- a) **JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 106834797**, casado com Maria de Fátima Teixeira Crespo de Araújo, NIF 145173313, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Rua de Campolide, nº 11, 6º frente, 1070-026 Lisboa; e de,
- b) **MÁRIO JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 131526774**, casado com Maria Teresa Araújo Rodrigues, NIF 131521678, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Praceta André Soares, nº 35, 4715-122 Braga, **na proporção de ½ a cada um.**

» **PARCELA 1.3** - urbana, situada em Estrada Nacional nº 2 ou Silveira, da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por casa de habitação e indústria, com dois moinhos e



logradouro, **com a área de 325m²**, confrontando a norte com Estrada Nacional e herdeiros de José António de Araújo e a sul e a nascente com herdeiros de José António de Araújo, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 540/19960528 e inscrita na matriz urbana nº 37, **propriedade de:**

- a) **JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 106834797**, casado com Maria de Fátima Teixeira Crespo de Araújo, NIF 145173313, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Rua de Campolide, nº 11, 6º frente, 1070-026 Lisboa, e de,
- b) **MÁRIO JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 131526774**, casado com Maria Teresa Araújo Rodrigues, NIF 131521678, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Praceta André Soares, nº 35, 4715-122 Braga,

na proporção de ½ a cada um. - (A servidão que se encontra registada, data de 1913, e já não é utilizada. Desde então a morfologia dos terrenos alterou consideravelmente. Foram construídas estradas, fizeram-se aterros e já não existe o regueiro referido.)

» **PARCELA 1.4** - urbana, situada em Portelo ou Estrada Nacional, da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por casa de rés-do-chão e andar, **com a área de 216m²**, confrontando a norte com Estrada Nacional e herdeiros de José António de Araújo, a sul com o canal e caminho, a nascente com canal e a poente com Estrada Nacional, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 541/19960528 e inscrita na matriz urbana nº 38, **propriedade de:**

a) **JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 106834797**, casado com Maria de Fátima Teixeira Crespo de Araújo, NIF 145173313, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Rua de Campolide, nº 11, 6º frente, 1070-026 Lisboa, e de,

b) **MÁRIO JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 131526774**, casado com Maria Teresa Araújo Rodrigues, NIF 131521678, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Praceta André Soares, nº 35, 4715-122 Braga, **na proporção de ½ a cada um.**

» **PARCELA 2** - rústica, situada em Agra ou Agra de Lamas ou Agra de Cima, da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por terreno de cultura, **com a área de 14.880m²**, confrontando a norte com rio e caminho de consortes, a sul com Manuel Ferreira, a nascente com rego de consortes e a poente com o Rio Este, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 534/19961008 e inscrita na matriz rústica nº 127, **propriedade de:**



- a) **MARIA TERESA DE SOUSA RIBEIRO E AZEVEDO NIF 124311474**, divorciada, residente na Rua Dr. Francisco Duarte, 235, 6º direito, em Braga residente na Rua dos Chãos, 94, 1º, 4710-230 Braga, **na proporção de 1/3**;
- b) **NUNO MIGUEL GOMES E AZEVEDO, NIF 198922620**, residente na Rua Fernando Pessoa, nº 6, 6º A, Paço de Arcos, 2770-062 Paço de Arcos;
- c) **RICARDO GOMES E AZEVEDO, NIF 201797623**, residente na Rua Fernando Pessoa, nº 6, 6º A, Paço de Arcos, 2770-062 Paço de Arcos;
- d) **FILIPE MANUEL CARVALHO DA SILVA RIBEIRO E AZEVEDO, NIF 204747317**, residente na Rua das Bouças, nº 254, Rendufe, 4720-621 Rendufe, Amares;
- e) **ALEXANDRA AZEVEDO DE SOUSA, NIF 206360339**, residente na Rua Corte Real, nº 555, 1º direito, 4150-236 Porto;
- f) **ANA ANTUNES AZEVEDO, NIF 225807238**, residente na Avenida da Liberdade, nº 466, 6º direito, 4710-429 Braga;
- g) **MAVILDE ANTUNES AZEVEDO, NIF 239521150**, residente na Avenida da Liberdade, nº 466, 6º direito, 4710-429 Braga;
- os herdeiros referidos nas alíneas b), c), d), e) f) e g), são proprietários do quinhão hereditário de 1/3 da parcela, na sequência da herança da sua Tia **Maria Manuela de Sousa Ribeiro e Azevedo**, falecida aos 29/09/2015, solteira, maior, sem descendentes, nem ascendentes, tendo feito testamento público no dia 08/06/2015, através do qual legou *"a terça parte indivisa do prédio rústico denominado Campo das Agrads, sito no Lugar das Agrads, Agrads de Lamas ou Agrads de Lima, União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, deste concelho, descrito na conservatória sob o nº 534 e inscrito na matriz sob o artigo 168, aos mencionados sobrinhos Ana, Mavilde, Filipe, Ricardo, Miguel e Alexandra"*.
- h) **MARCELO JORGE DA COSTA RIBEIRO E AZEVEDO, NIF 300112815**, solteiro, maior, Rua Chã de Frade, 61, Alto da Mooca, 03178-150 São Paulo SP, proprietário do quinhão hereditário de 1/3 da parcela, na sequência da herança indivisa de Jorge Manuel de Sousa Ribeiro e Azevedo, seu Pai, falecido aos 19/12/2018
- i) **MARTA TERESA PEREIRA AZEVEDO, NIF 300112971**, solteira, maior, Rua Sílvio de Paula, nº 604, Bairro Nossa Sra. de Fátima, Nova Odessa, 13387-600 São Paulo SP, proprietária do quinhão hereditário de 1/3 da parcela, na



sequência da herança indivisa de Jorge Manuel de Sousa Ribeiro e Azevedo, seu Pai, falecido aos 19/12/2018

j) **MIGUEL ALEXANDRE PEREIRA AZEVEDO, NIF 300113110**, solteiro, maior, Rua Moacir Trancoso, 77, 06037-120 São Paulo SP, proprietário do quinhão hereditário de 1/3 da parcela, na sequência da herança indivisa de Jorge Manuel de Sousa Ribeiro e Azevedo, seu Pai, falecido aos 19/12/2018,

- sendo que os herdeiros referidos nas alíneas h), i) e j) têm como sua procuradora a tia - **Maria Teresa de Sousa Ribeiro e Azevedo**, acima identificada, por procuração passada no dia 13/06/2019, no 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Itabita, Comarca de Itabita, Estado de São Paulo, Brasil, que lhe concedeu para “representar os outorgantes na qualidade de herdeiros, agir, defender e tratar dos assuntos, negócios, direitos e interesses dos outorgantes, a este fim relacionados, requerer a abertura de inventário (...) gerir e administrar, os imóveis constantes do espólio de Jorge Manuel de Sousa Ribeiro e Azevedo, podendo para tanto, vender, permutar, alugar, compromissar ou por qualquer forma alienar(...)”

» **PARCELA 3** - rústica, denominada Campo e Leira da Agra de Cima, situada em Agra, da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta de terreno de cultivo com árvores, **com a área de 4.170m²**, confrontando a norte com herdeiros de Mavilde Ribeiro, a nascente com o limite da Freguesia e o complexo Industrial da Grundig, a sul com Humberto Ribeiro e a poente com o Rio Este, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 1253/20040127 e inscrita na matriz rústica nº 185, **propriedade plena de BOSCH CAR MULTIMEDIA PORTUGAL, S.A., NIPC 502315407, com sede** (registada) na Praça Monsenhor Elísio Fernandes Araújo, 12, 5º Esq., Nogueiró e Tenões, 4715-315 Braga;

» **PARCELA 4** - rústica, situada em Agrad, da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por terreno de cultivo, **com a área de 17.500m²**, confrontando a norte com Samuel Ferreira, a sul com o Rio Este, a nascente com a Imobiliária Europa Arlindo e a sul com José Rodrigues de Araújo, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 1601/20080625 e inscrita na matriz rústica nº 174, **propriedade de:**

a) **MARIA IRENE RODRIGUES DE ARAÚJO REIS, NIF 149433913**, viúva, residente na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas do Centro Social da Paróquia de Ferreiros, Braga, **na proporção de ½;**

b) **HERDEIROS DE HUMBERTO RIBEIRO DA SILVA REIS - NIF 745478891 - HERANÇA INDIVISA de ½ da parcela:**



- i. **MARIA IRENE RODRIGUES DE ARAÚJO REIS, NIF 149433913** (a viúva), residente na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas do Centro Social da Paróquia de Ferreiros, Braga;
- ii. **JOSÉ HUMBERTO ARAÚJO REIS, NIF 143690981**, filho, casado com Maria de Lurdes Gomes Peixoto Botelho, NIF 142060542, no regime de comunhão de adquiridos, residente na Rua Damiana Maria da Silva, nº 61, 4705-087 Braga (dados fornecidos pelo próprio);
- iii. **MARIA DO CÉU ARAÚJO REIS, NIF 157038530**, filha, casada com João da Silva Correia, NIF 156812932, no regime de comunhão de adquiridos, residente na Rua Maria Amélia Bastos Leite, nº 123, Ferreiros,

- os filhos José Humberto e Maria do Céu, foram constituídos procuradores, em conjunto, da Maria Irene Rodrigues de Araújo Reis: procuração de 11/12/2023 - *"prometer comprar e/ou prometer vender, comprar e/ou vender quaisquer imóveis, sítios no território nacional(...)"*.

» **PARCELA 5** - rústica, denominada Leira do Carreiro ou das Agrads, da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por terreno de cultivo, **com a área de 5.000m²**, confrontando a norte com Maria Irene Rodrigues Araújo, a nascente e sul, com caminho público e a poente com o Rio Este, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 709/19990716 e inscrita na matriz rústica nº 181, **propriedade plena de JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 106834797**, casado com Maria de Fátima Teixeira Crespo de Araújo, no regime da comunhão de adquiridos, residente na Rua de Campolide, nº 11, 6ª frente, 1070-026 Lisboa;

» **PARCELA 6** - rústica, denominada Bouça do Corgo, situada em Agrads, União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por terreno de cultivo, lameiro e vinho enforcado, **com a área de 10.000m²**, confrontando a norte com caminho, a sul e nascente com ribeiro e a poente com o Rio Este, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 1885/20110207 e inscrita na matriz rústica nº 94, **propriedade da herança indivisa:**

- a) **HENRIQUE DE ARAÚJO GRANJA, NIF 196727375**, casado com Maria do Sameiro Ferreira Cerqueira Granja, no regime da comunhão de adquiridos, residente na Rua dos Presidentes, nº 19 (nova morada, conforme transmitido pelo próprio), Lomar, Braga;



b) JOÃO ADELINO ARAÚJO GRANJA, NIF 132976013, casado com Maria Rita Gonçalves Vieira da Cruz Granja, no regime da comunhão de adquiridos, residente na Rua Nascente, n.º 211, 3.º Esq, 4715-038 Braga;

c) MARIA ERNESTINA DE ARAÚJO GRANJA DA COSTA, NIF 142412929, casada com José Ferreira da Costa, no regime da comunhão de adquiridos, residente na Avenida João XXI, n.º 487, 3º B, 4715-035 Braga;

d) HERDEIROS DA MARIA TERESA ARAÚJO GRANJA MALHEIRO - HERANÇA INDIVISA:

1. **ANTÓNIO MARQUES MALHEIRO (viúvo da Maria Teresa Araújo Granja Malheiro)**, residente na Rua António Cândido, 43, 2º esq., Porto e
2. **ANTÓNIO PEDRO GRANJA MALHEIRO, filho da Maria Teresa Araújo Granja Malheiro)**, casado com Ana Maria Dias Pereira Malheiro, residente na Rua Padre Eduardo António dos Santos da Silva Ferreira, n.º 30, 2º d.to, 4465-331 SÃO MAMEDE DE INFESTA

» **PARCELA 7** - rústica, denominada Campo da Agra, situada em Agra, União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por terreno de cultivo, **com a área de 7.270m2**, confrontando a norte com herdeiros de António Lopes Granja, a sul com Maria da Conceição Barbosa Marques, a nascente com Arminda de Sousa Póvoa e a Poente com o Rio Este, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1832/20100120 e inscrita na matriz rústica n.º 180, **propriedade de herança indivisa:**

a) FRANCISCO GONÇALVES GOMES, NIF 122855477, viúvo, residente na Avenida Dr. Porfírio da Silva, n.º 260, 4º, 4715-044 Braga;

b) ANA MARIA FERNANDES GOMES MEDEIROS, NIF 186816901, casada com Guiomar Manuel Messe Medeiros, NIF 182530701, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Rua da Indústria, n.º 10, r/ch direito, 2615-093 Alverca do Ribatejo;

c) JOSÉ MANUEL FERNANDES GOMES, NIF 180716549, divorciado, residente na Travessa do Planalto da Quintela, n.º 1, 4705-331 Ferreiros;

d) MARGARIDA GONÇALVES GOMES, NIF 150543153, viúva, residente na Rua Manuel da Silva Gomes, n.º 2, Ferreiros, 4705-128 Braga;

e) MARIA AURORA FERNANDES GOMES, NIF 186816871, viúva, residente na Rua do Outeiral, n.º 4, 4715-142 Fraião;



f) **ROSA MARIA FERNANDES GOMES, NIF 179170961**, solteira, maior, residente na Rua António Alberto de Sousa, nº 120, Ferreiros, 4705-331 Braga.

(tudo conforme dados atualizados por parte dos proprietários, através de mandatário constituído)

» **PARCELA 8 - EXPROPRIAÇÃO PARCIAL** - rústica, denominada Leira da Agra, situada em Lugar de Quintela, da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, **com a área de 4.250m² - a expropriar: 2.180m²**, confrontando a norte com Henrique & Domingues, Lda, a sul com Europa Arlindo, a nascente com Arminda de Sousa Póvoas e a poente com o Rio Este, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 1780/20090511 e inscrita na matriz rústica nº 194, **propriedade plena de FRANCISCO GONÇALVES GOMES, NIF 122855477**, solteiro, maior, residente na Rua Manuel da Silva Gomes, nº 2, Ferreiros, Braga.

» **PARCELA 9** - rústica, denominada Campo do Souto, situada no Lugar de Quintela, União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por terra de cultura e árvores avidadas, lameiro e vinho enforcado, **com a área real de 4.900m²** (embora só se encontrem registados 2.400m² pelo levantamento topográfico efetuado confirma-se a área de 4.900m²), confrontando a norte com António Ferreira de Araújo e Silva, a sul com caminho de servidão de Agra, a nascente com o Rio Este e a poente com a estrada da Veiga, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 1613/20080825 e inscrita na matriz rústica nº 10, **propriedade das heranças indivisas** abertas por óbito de José de Carvalho Rodrigues (falecido a 08/02/2011) e óbito de Maria da Costa Leite (falecida a 20/05/2022):

a) De acordo com as Habilitações de herdeiros:

HERDEIROS DE JOSÉ DE CARVALHO RODRIGUES:

- **Maria da Costa Leite (esposa)**
- **ANTÓNIO DA COSTA RODRIGUES, NIF 145445640**, casado com Bertília Rodrigues de Lima, NIF 145445631, sob o regime da comunhão geral de bens, residentes na Rua das Alminhas, nº 18, 4705-480 Braga;
- **JOÃO MANUEL DA COSTA RODRIGUES, NIF 189555343**, casado com Olívia Ferreira Antunes Rodrigues, NIF 189195339), sob o regime da comunhão de adquiridos, residentes em 41 Windover Dr., Keswick, ON L4P3L9, Canadá;
- **MARIA LÚCIA LEITE RODRIGUES, NIF 122674839**, viúva, residente na Rua da Igreja, nº 9, 4705-721 Braga;



- **OLÍVIA DE FÁTIMA DA COSTA RODRIGUES, NIF 148966233**, casada com Manuel Gomes Couto, NIF 148966241, sob o regime da comunhão de adquiridos, residentes na Rua Tanque da Pedra, nº 2, 4705-578 Braga.

HERDEIROS DE MARIA DA COSTA LEITE (os já identificados):

- **António da Costa Rodrigues**
- **João Manuel da Costa Rodrigues**
- **Maria Lúcia Leite Rodrigues**
- **Olívia de Fátima da Costa Rodrigues**

- Sendo que: a quota disponível de cada um dos falecidos, foi, por testamento, deixada a **António da Costa Rodrigues e Olívia de Fátima da Costa Rodrigues**.

(O **usufruto** registado na Certidão do Registo Predial já se encontra extinto pela morte dos usufrutuários, pelo que deixam de ser considerados “interessados” - registado USUFRUTO a favor de António José Leite e Laura da Costa Granja (Pais da Maria da Costa Leite), ambos já falecidos.)

» **PARCELA 10** - rústica, denominada Campo do Souto, situada no Lugar de Quintela, União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por terreno lavradio e ramada de vinho de enforcado, **com a área de 19.900m²**, confrontando a norte e poente com caminho público, a sul com Maria Costa Leite e a nascente com o Rio Este, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 205/19880606 e inscrita na matriz rústica nº 11, **propriedade plena de MÁRIO JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO, NIF 131526774**, casado com Maria Teresa Araújo Rodrigues, NIF 131521678, no regime da comunhão de adquiridos, residentes na Praceta André Soares, nº 35, 4715-122 Braga.

» **PARCELA 11** - rústica, denominada Campo do Cortelho, situada em Portelo, Silveiros ou Silvares, União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, composta por cultura, **com a área de 13.403m²**, confrontando a norte com estrada, a sul com caminho de serventia, a nascente com José António de Araújo e a poente com o Rio Este, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 589/19980311 e inscrita na matriz rústica nº 12, **propriedade de:**

- a) **JÚLIO MIGUEL ARAÚJO FERNANDES, NIF 139800190**, solteiro, maior, residente na Rua Maria Amélia Bastos Leite, nº 142, Ferreiros, 4705-120 Braga, na proporção de ½;
- b) **JOSÉ MARIA BOTELHO - CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA, S.A., NIPC 503469769**, com sede (registada) na Praça Monsenhor Elísio Fernandes



Araújo, 12, 5º Esq., Nogueiró e Tenões, 4715-315 Braga, sendo Presidente do Conselho de Administração, Nuno Duarte Loureiro Flores, NIF 220384495, residente na Rua da Cruz de Pedra, 104, 4º dto., 4700-219 Braga, na proporção de ½.

Previsão em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização

22. De acordo com o PDM atual, as parcelas inserem-se em:

Parcela (n.º)	Área (m²)	Instrumento de Gestão Territorial (PDM 2015 - em vigor)			
		Ordenamento (classificação)	Condicionantes		
			RAN (m²)	REN (m²)	Outras (identificar)
1.1	500	- EV1 - Urbanizável - Espaços verdes de utilização coletiva.		500	
1.2	3.075	- EV1 - Urbanizável - Espaços verdes de utilização coletiva. - EV4 - Urbanizado - Espaços verdes de proteção (linhas de água ou REN). - Domínio Público Hídrico - Linha de água à superfície.		2.711	- Domínio Público Hídrico - Leito e margem das águas fluviais (REN).
1.3	325	- EV1 - Urbanizável - Espaços verdes de utilização coletiva.		325	
1.4	216	- EV1 - Urbanizável - Espaços verdes de utilização coletiva.		216	
2	14.880	- EV1 - Urbanizável - Espaços verdes de utilização coletiva. - EV4 - Urbanizado - Espaços verdes de proteção (linhas de água ou REN). - Domínio Público Hídrico - Linha de água à superfície.		14.880	- Domínio Público Hídrico - Leito e margem das águas fluviais (REN).
3	4.170	- EV1 - Urbanizável - Espaços verdes de utilização coletiva.		4.170	- Domínio Público Hídrico - Leito e margem das águas fluviais (REN).
4	17.500	- EV1 - Urbanizável - Espaços verdes de utilização coletiva. - Domínio Público Hídrico - Linha de		17.500	- Domínio Público Hídrico - Leito e margem das águas fluviais (REN).



		água à superfície.			
5	5.000	- EV1 – Urbanizável – Espaços verdes de utilização coletiva.		5.000	- Domínio Público Hídrico – Leito e margem das águas fluviais (REN).
6	10.000	- EV1 – Urbanizável – Espaços verdes de utilização coletiva. - Domínio Público Hídrico – Linha de água à superfície.		10.000	- Domínio Público Hídrico – Leito e margem das águas fluviais (REN).
7	7.270	- EV1 – Urbanizável – Espaços verdes de utilização coletiva. - Domínio Público Hídrico – Linha de água à superfície.		7.270	- Domínio Público Hídrico – Leito e margem das águas fluviais (REN).
8	2.180	- EV1 – Urbanizável – Espaços verdes de utilização coletiva. - Domínio Público Hídrico – Linha de água à superfície.		2.180	- Domínio Público Hídrico – Leito e margem das águas fluviais (REN).
9	4.900	- EV1 – Urbanizável – Espaços verdes de utilização coletiva.		4.060	- Domínio Público Hídrico – Leito e margem das águas fluviais (REN).
10	19.900	- EV1 – Urbanizável – Espaços verdes de utilização coletiva.		18.678	- Domínio Público Hídrico – Leito e margem das águas fluviais (REN).
11	13.403	- EV1 – Urbanizável – Espaços verdes de utilização coletiva.		11.182	- Domínio Público Hídrico – Leito e margem das águas fluviais (REN).

Previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação

23. O Município de Braga, contratou um perito da lista oficial, para nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações, para proceder à avaliação da parte do terreno a expropriar, tendo o perito avaliado as parcelas a expropriar em **€ 902.302,35 (novecentos e dois mil trezentos e dois euros e trinta e cinco cêntimos)**, encontrando-se a despesa respetiva com o **necessário e devido cabimento orçamental, conforme documento que se anexa;**

Norma habilitante

24. Acresce que, de acordo com o disposto no artigo 23.º, n.º 2, alíneas a), c), m) e n), do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município tem atribuições nos



domínios dos equipamentos, dos transportes e comunicações, da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, sendo que, nos termos previstos no artigo 33.º, n.º 1, alínea vv), do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;

25. De acordo com o disposto na alínea ee), n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.

26. O artigo 14º, nº 1, da **Lei n.º 168/99, de 18 de setembro**, que procedeu à aprovação do Código das Expropriações, na sua versão atualizada, prescreve que: "Salvo nos casos previstos no número seguinte, é da competência do ministro a cujo departamento compete a apreciação final do processo: a) A declaração de utilidade pública da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes".

A - PROPONHO

QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE retificar a sua deliberação de 28 de março de 2025, que aprovou a proposta de resolução anterior, por não conter todos os elementos necessários;

B - PROPONHO

QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE requerer à Direção-Geral das Autarquias Locais, nos termos da alínea vv), do nº 1, do artigo 33.º do anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 10º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º e 19º do Código das Expropriações:

1. A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA da expropriação de 103.319,00m2 (cento e três mil trezentos e dezanove), com caráter de urgência, pelos motivos acima explanados, para que seja tomada de imediato **a posse administrativa dos imóveis a expropriar**, por forma a permitir o cumprimento dos prazos exigidos pela **Autoridade de Gestão do NORTE2030**, sob pena do Município perder o financiamento para execução da correspondente empreitada.

2. A aprovação do valor de € 902.302,35 (novecentos e dois mil trezentos e dois euros e trinta e cinco cêntimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador, em anexo.



O Presidente da Câmara
Ricardo Rio

Documentos Anexos:

- 1.** Memória descritiva e justificativa;
- 2.** Relatórios de Avaliação do Perito Oficial;
- 3.** Planta de localização;
- 4.** Planta de ordenamento;
- 5.** Planta de condicionantes;
- 6.** Cadernetas Prediais e Certidões Prediais;
- 7.** Cabimento orçamental.

